

Como observar a sociedade na América

KILVIA TAINÁ SANTOS ROCHA

FRANCISCA LARISSA ALMEIDA ASSUNÇÃO

Resenha: MARTINEAU, Harriet. **Sociedade na América:** vol. I: parte 01: política. Tradução por Fernanda Henrique Cupertino Alcântara. Governador Valadares (MG): Editora Fernanda H. C. Alcântara, 2022.

Originalmente publicado em 1837, o livro *Sociedade na América* foi escrito por Harriet Martineau após o estudo de campo realizado por ela nos Estados Unidos, entre os anos de 1834 e 1836. Interessava-lhe compreender o processo de democratização no país. Assim, o propósito de Martineau é comparar os princípios que os norte-americanos defendem com as instituições nas quais vivem. Para isso, ela investiga como funcionam os partidos, como se fundam os governos, qual a influência das morais no modo de agir das pessoas nos diversos cantos que percorreu, tanto na esfera pública quanto na privada. Vale ressaltar que o livro aqui resenhado dá continuidade ao projeto de tradução de Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, iniciado com a publicação de *Como observar: morais e costumes*, em 2021 – primeira tradução de Harriet Martineau no Brasil.¹

Embora seja uma das primeiras pensadoras modernas da sociedade, Martineau frequentou uma escola aberta por um pastor

KILVIA TAINÁ SANTOS ROCHA

Mestranda em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e graduada em Ciências Sociais pela mesma universidade. É integrante da rede de pesquisa Observatório das Nacionalidades.
E-mail: kilvia.rocha@aluno.uece.br

FRANCISCA LARISSA ALMEIDA ASSUNÇÃO

Mestranda em Sociologia pela UECE e graduada em Ciências Sociais pela mesma universidade. É integrante da rede de pesquisa Observatório das Nacionalidades e do grupo de pesquisa Observa Saúde.
E-mail: almeida.larissa@aluno.uece.br

¹ Ainda, este projeto sinaliza sua lógica continuidade pois, como Fernanda Alcântara afirma na apresentação de *Sociedade na América*, trata-se de uma divisão, nesta tradução, da obra original em quatro volumes, a saber: Política, Economia, Civilização e Religião. — seguindo a divisão temática original, e fazendo com que o valor de cada volume seja mais acessível

dissidente e depois a escola do tio em outra cidade. Ela nasceu em Norwich, na Inglaterra, no ano de 1802, numa família unitarista, de classe média e progressista, que incentivou e financiou seus estudos particulares — já que, no Reino Unido de então, as mulheres eram proibidas de frequentar as universidades. Ao longo de sua vida, Martineau fez parte do círculo de intelectuais mais influentes da época, sendo contemporânea e dialogando com grandes nomes. Embora Harriet Martineau se situasse em um contexto anterior à institucionalização da Sociologia, seus escritos apresentam, com rigor, um método científico de observação. Se a cuidadosa exposição desse método cabe em especial a *Como observar*, em *Sociedade na América* percebe-se claramente sua utilização numa pesquisa de amplo alcance.

Ao longo dos dois anos em que realizou a pesquisa, ela não só visitou diversos estados e cidades, como também as mais diversas instituições, transitando intensamente pelos cantos da sociedade que meticulosamente observava. Partindo do que vivenciou nesses diferentes cenários, Martineau preocupa-se em explicitar sua proposta de análise sobre a América, comparando princípios e práticas, expressando-se pela memória dos relatos de seus interlocutores e de suas andanças. Junto a isso, Harriet Martineau também mostra seus erros, ou o perigo de potenciais erros, com o relativismo. Mas evita enfaticamente, vale dizer, as comparações e julgamentos entre países.

Martineau chega ao norte estadunidense deparando-se com a inusitada experiência do autogoverno. Encontra, logo de cara, as contraditórias realidades que com eloquência certificam que o estado de crise é inerente à república. Harriet Martineau, ao refletir sobre os princípios morais e políticos, compreende ser inerente ao povo a instabilidade. Certas fragilidades disso decorrem, mas não por isso pode-se dizer que uma democracia não funciona. Existiam crises mas, como Martineau ouvira, nada fazia, de fato, pensar que em 50 anos com a crise teria desmoronado o projeto de um Novo Mundo autogovernado. Mudam os povos, as crises permanecem os mundos, Novos ou Velhos, não acabam com isso.

As democracias consolidam-se a partir de uma certa composição institucional. Portanto, analisar os partidos políticos e a forma

como se organizam os poderes seria apenas um começo para compreender todo o panorama político da república estadunidense. Num primeiro momento, nos Estados Unidos haveria uma dicotomia aparentemente inamovível entre os partidos, que, do ponto de vista das atitudes poderiam ser divididos entre aqueles temerosos por natureza — aqueles que seriam a favor de uma aristocracia —, e os esperançosos — os que compõem uma democracia. Temer a mudança e aspirar por mudança. Essa ambiguidade sustenta-se na existência das crises e das diferentes composições partidárias. Segundo Martineau, sempre existirão sob cada governo uma ordem conservadora e outra emancipadora. Inscrevem-se aí as narrativas negativas sobre o governo do “povo”.

Na construção de uma união dos estados, como firmar um caráter igualitário, considerando as disparidades de cada território? Algumas questões nos conduzem. Primordialmente, deve-se pensar que o autogoverno do povo deve seguir, independentemente de seu status mutável e adaptável, os princípios dos direitos do homem, como a segurança da pessoa e da propriedade, por exemplo.

A lei e ordem são tão importantes para o homem que detém a terra para a subsistência de sua família, ou que ganha as remunerações para que ele possa ter terra própria para morrer nela, como para qualquer membro do gabinete presidencial (p.45).

Trata-se, ainda, do conhecimento dos próprios direitos. Martineau observa que “[...] se tiver um conhecimento, que deve ser comum a todos, é justamente, a relação do povo com o governo sob o qual vivem” (p.50). A partir desse conhecer, que fortaleceria os laços da sociedade, o esclarecimento não seria apenas um movimento que promovesse esperança ou aspiração, mas também impulsionaria uma realização. Desse modo, a República se funda no desejo do povo e se estabelece pela Constituição.

Partindo para o escopo organizacional, Martineau descreve as instituições que materializam os princípios da natureza humana e como compõem o governo dos Estados Unidos, como os governos federais e estaduais. Na prática, identificam-se algumas dificuldades. Ambos se confundem em cláusulas ambíguas de limitação,

tendo em vista que lidam com as relações que dizem respeito aos cidadãos, o que acaba ocasionando certos atritos inevitáveis em questões como a escravidão. Os Estados do Norte, por exemplo, aboliram a escravidão de uma forma muito superficial, tendo em vista que concentraram um apoio para a sua continuidade nos Estados do Sul — para fins de taxaço e reafirmação do caráter escravocrata nos estados sulistas. Esse exemplo mostra como os interesses particulares podem agir com mecanismos que, na crença do povo, estariam atendendo suas demandas, quando, na verdade, agem camuflando e conservando uma questão social para benefício de poucos.

Eu sei que a escravidão é reconhecida somente pela constituição como um padrão do fato. O fato que permanece é que um homem que abomina a escravidão se vê compelido a seguir a lei que permite atos escravocratas, lei essa que seus pais apoiaram (p.68).

Desse modo, o instrumento do poder promoveria um compromisso com o qual grande parcela da população não mais se identificava. E, apesar do poder representativo estar nas mãos de indivíduos despóticos, Martineau acredita firmemente na mudança promovida pela reivindicação dos cidadãos, ao afirmar que “[...] tudo isso não altera o fato de que os cargos públicos irresponsáveis são uma inconsistência em uma república” (p.68), e os muito injuriados se farão ouvir, pois a insatisfação mostra que o povo tem muito a aprender, e que se propõe a aprender. Portanto, uma recuperação democrática sempre será almejada, enquanto o povo for esclarecido de seus princípios e poderes e defenderem a inclusão social.

A moral também foi um dos principais eixos temáticos para analisar a situação dos Estados Unidos da América, sobretudo por a autora entendê-la como algo indissociável da política. Apesar disso, um dos problemas basilares a respeito da moral está vinculado àqueles homens que ocupam cargos públicos. Martineau afirma que um dos princípios da ação política deveria ser a fé mútua, ou seja, que esses homens agiriam em prol da liberdade e da justiça, sempre visando o bem geral. Ao contrário disso, entretanto, a maioria desses homens escolhe agir visando o benefício próprio

— o que parece piorar de acordo com a relevância do cargo. Assim, a honestidade se apresenta como uma das características mais relevantes para determinar quais serão aqueles que devem ocupar esses lugares, sobretudo ao pensar no comprometimento que terão em solucionar os problemas da sociedade.

Isso não é algo que deveria ser exclusivo aos servidores, estendendo-se aos jornais. Boa parte da imprensa da época não agia sobre o mesmo princípio por medo de represálias de ameaças, a depender do jornal e do que era noticiado. Tal melhora só poderia ser realizada se fosse um reflexo da moral do seu povo — o mesmo que, por vezes, não se interessava pelas eleições ou que age sempre pensando somente no benefício imediato. Ao se questionar como esse processo ocorre e de quem é a responsabilidade, Harriet Martineau contradiz a visão que muitos estrangeiros têm sobre os Estados Unidos, principalmente aqueles que culpabilizam os mais pobres de serem responsáveis pelos problemas do país.

No apontamento dessa contradição, Martineau identifica a anomalia que recai sobre a sociedade americana: a constante violação dos valores morais de igualdade e de cidadania universal. Para entender a questão, ela exemplifica tal questão ao mencionar o motim que aconteceu no encontro de mulheres abolicionistas, na cidade de Boston — onde, mesmo após ameaças, represálias e agressões contra as abolicionistas, nenhum dos autores desses crimes foram punidos. Dessa forma, a anomalia aparece todas as vezes que a lei não é cumprida e os direitos de todos os cidadãos não são garantidos.

Partindo dessa noção, Harriet Martineau confirma que a escravidão também pode ser entendida como contradição no sistema democrático norte-americano. Por que tal questão não se faz evidente? Pelo fato de que, muitos dos homens e mulheres que fazem parte da aristocracia, por exemplo, não enxergam a população negra na condição de cidadão. Martineau ainda lembra que, mesmo que tenham participado da construção do que é a nação norte-americana, nas guerras e nas revoluções, o indivíduo negro era visto como o Outro — qualquer direito minimamente garantido a essas pessoas, era entendido como um ato de benevolência, não como cumprimento do que consta na Constituição.

O mesmo se aplica às mulheres. Ao lembrar a Declaração da Independência, Harriet Martineau lembra que os governos derivam seus poderes do consentimento dos governados. Porém, não é algo que corresponde com a realidade. Sobre a condição das mulheres, apesar de serem obrigadas a pagarem as taxas de suas propriedades e serem passíveis de punição caso cometam algum crime, não possuem liberdade sobre elas mesmas — estão sob posse de seus pais e de seus maridos, a partir do momento que assinam o contrato de casamento. Assim, a situação das mulheres (como a das populações originárias e a dos negros escravizados) não faz sentido numa república democrática.

Mesmo com as anomalias que encontra e apresenta, Harriet Martineau apostava, “[...] mais na esperança do que na expectativa imediata” (p. 108), que os Estados Unidos tinham condição de superar as injustiças que distanciavam, no cotidiano, os princípios das instituições. Além da divergência com o androcentrismo da época, Martineau também se faz relevante pela dimensão teórico-metodológica proposta em sua análise sobre a sociedade norte-americana. Na época, ela antecipou discussões que só seriam retomadas décadas depois, tais como o debate sobre a inclusão social, tendo em vista que a imagem nacional estadunidense se firma em um discurso igualitário em prol da liberdade — e Martineau pensa em uma perspectiva de restauração, que precisamos compreender os princípios e as normas pela perspectiva de uma sociedade diversificada. Assim, seus estudos não só estabelecem seu lugar enquanto uma teórica da Sociologia, como também contribuem para uma nova visão sobre aqueles que são entendidos como clássicos.